I Congresso Internacional
em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental
Garanhuns, Brasil
2024

A AGROECOLOGIA E A AUTO-ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NA CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR NO SERTÃO DE PERNAMBUCO

Andresa Lira Silva[1]
Andresalira5@gmail.com
Wanessa da Silva Gomes[1,2]
wanessa.gomes@upe.br
Jessica Aparecida Sobrinho Silva[2]
Jessicasobrinho266@gmail.com
André Monteiro Costa[1]
Andre.monteiro@fiocruz.br

[1] Instituto Aggeu Magalhães- FIOCRUZ Pernambuco
[2] Universidade de Pernambuco

INTRODUÇÃO

A agroecologia, é a ciência que incorpora estudos sobre os sistemas de produção e suas interfaces, tecnologias e novos conceitos, assim como incorpora o saber popular em sua prática materializada na vida de milhares de famílias camponesas no mundo, no seu modo de produzir alimentos e influenciando nas relações entre homens, mulheres e pessoas de distintas gerações (Sousa *et al.*, 2016).

Com suas práticas voltadas ao cuidado da terra e preservação dos biomas, se torna uma grande aliada em regiões como o semiárido, onde a agricultura ligada ao uso de agrotóxicos, pode levar ao processo de desertificação do solo (Rigotto, 2011). No Sertão do Pajeú, região localizada no semiárido Pernambucano, a convivência com o Semiárido requer uma série de medidas de adaptação necessárias para permitir uma vida digna, principalmente para as famílias agricultoras que vivem ainda com restrições ao acesso à terra.

Trata-se de um território constituído por 20 municípios com grande área de campo e com perfil econômico de produção agrícola, caracterizados por estiagens prolongadas, e onde um processo histórico de articulação de camponesas, através dos sindicatos, fortaleceu a criação da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú (RMPP). São grupos de mulheres, que se organizam em seus territórios, para promoção de técnicas de cultivo agroecológico, beneficiamento de produtos e convivência com o semiárido, se articulam enquanto rede, em 2005.

Esse grupo reivindica, como referências para sua organização, a agroecologia e a economia solidária em uma perspectiva feminista popular definida a partir de suas vivências (Santos *et al*., 2020). Conforme abordado no Atlas das Situações Alimentares no Brasil (Ribeiro Júnior, 2021), a população campesina está mais distante da soberania alimentar, devido ao massivo avanço do agronegócio. Através do intenso uso de agrotóxicos, uso de sementes transgênicas e predileção mercadológica das produções voltadas ao comércio exterior e commodities, a agricultura diversificada, voltada à agricultura familiar e mercados locais são sinalizados como a margem do desenvolvimento.

Apontando a necessidade de conhecer o impacto que outras lógicas de produção possam ter na busca por soberania das famílias que resistem no campo, na produção que busca equilíbrio com a natureza e favorecimento da cultura local, tendo as mulheres como atrizes no processo de reconexão com a terra e articuladoras de projetos locais.

Este estudo visa analisar como a auto-organização de mulheres produtoras contribui para a construção e fortalecimento da agroecologia e soberania alimentar de famílias camponesas no sertão do Pajeú, Pernambuco. Tais alternativas criadas são faróis, passíveis de novas construções e aprendizados, fomentando diálogos potentes entre academia e território.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado em saúde pública, de caráter analítico e abordagem qualitativa, conduzida entre 2022 e 2023. O estudo foi realizado no sertão do Pajeú,

Pernambuco, com foco em mulheres envolvidas em projetos agroecológicos da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú (RMPP). Participaram apenas lideranças de grupos ativos em projetos agroecológicos.

A coleta de dados ocorreu por meio de rodas de conversação e observação direta durante reuniões, oficinas e seminários, realizadas de dezembro de 2022 a março de 2023. As rodas de conversação, com base em Machado (2015), foram realizadas em dois municípios polos (Afogados da Ingazeira e São José do Egito) com a participação de 40 mulheres. Utilizou-se um roteiro semiestruturado para fomentar o debate sobre projetos, articulação em rede, apoios externos e impactos políticos.

A análise dos dados foi feita através da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), envolvendo organização, codificação, categorização e interpretação crítica do material coletado. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da análise de conteúdo foram elencadas as seguintes categorias de análise: Organização em grupos feministas como base para construção de alternativas coletivas aos problemas locais; Os movimentos sindicais, a luta pela inserção da pauta feminista agroecológica nas discussões públicas e a articulação territorial; Impacto da organização agroecológica e feminina nas relações familiares e comunitárias; A construção de projetos agroecológicos; O desafio da comercialização dos produtos e as ausências do Estado na construção da soberania alimentar; Os desafios para segurança alimentar para além dos quintais produtivos; Os espaços de controle social e construção de políticas para soberania alimentar.

Foi observada a centralidade dessas mulheres na produção de alimentos saudáveis e na preservação de saberes tradicionais, o que reflete uma prática que vai além da agricultura convencional, envolvendo dimensões sociais, econômicas e culturais que favorecem a construção de territórios mais justos e sustentáveis.

O estudo revelou que, apesar de sua importância na preservação da biodiversidade e no sustento de suas comunidades, as mulheres enfrentam barreiras estruturais, incluindo a exclusão de processos decisórios e o limitado apoio de políticas públicas. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) foram citados como iniciativas que, apesar de promissoras, ainda carecem de uma implementação mais robusta e inclusiva que contemple a realidade dessas agricultoras.

Os dados coletados em rodas de conversação apontam para uma resistência dessas mulheres frente à lógica do agronegócio, optando por práticas agroecológicas que priorizam a soberania alimentar, o respeito ao meio ambiente e a autonomia sobre os recursos naturais, como as sementes crioulas. No entanto, os desafios persistem na comercialização dos produtos agroecológicos, especialmente em mercados institucionais, como o próprio PNAE, onde há uma competição desleal com produtos não oriundos da agricultura familiar.

Outro aspecto abordado pelas participantes foi a dificuldade de inserção em conselhos de políticas públicas locais, como os conselhos de segurança alimentar e de desenvolvimento rural. Muitas mulheres relataram que, embora existam espaços formais de participação, a influência das agricultoras familiares é limitada, refletindo uma exclusão que perpetua desigualdades de gênero e socioeconômicas. A análise evidenciou a percepção das mulheres sobre a importância de políticas públicas que promovam a agroecologia de maneira contínua e integrada às suas realidades. Para elas, é essencial que essas políticas não apenas favoreçam a produção, mas também garantam o acesso aos mercados locais e regionais, para que seus produtos possam competir em igualdade de condições com os do agronegócio. A falta de articulação entre as políticas públicas e as necessidades locais foi vista como um dos principais obstáculos para o avanço da agroecologia na região.

Em termos de nutrição, as práticas agroecológicas foram associadas à produção de alimentos mais saudáveis, livres de agrotóxicos, e com maior diversidade nutricional, contribuindo para a segurança alimentar das famílias. No entanto, a falta de apoio técnico e financeiro para expandir essas

práticas limita o potencial de impacto mais amplo na saúde comunitária. As mulheres apontaram que, sem um suporte adequado, é difícil escalar essas iniciativas para alcançar um número maior de pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa inicialmente tinha como objetivo buscar uma correlação entre a agroecologia e a auto-organização de mulheres, com o desenvolvimento da soberania alimentar e nutricional, e é perceptível que existem elementos positivos, entretanto, alguns aspectos, políticos e sociais, que fazem parte do sistema capitalista, permeiam as relações e impedem uma integral soberania dessa população. Os resultados da pesquisa indicam que, apesar das dificuldades enfrentadas, as práticas agroecológicas lideradas por mulheres no sertão do Pajeú têm contribuído significativamente para a construção da soberania alimentar e nutricional, criando alternativas sustentáveis à agricultura convencional. No entanto, a plena realização desse potencial depende de uma maior inclusão das mulheres nos processos decisórios e de um fortalecimento das políticas públicas que contemplem as especificidades da agricultura familiar e agroecológica.

PALAVRAS-CHAVE: Direito humano à alimentação adequada; mulheres camponesas; agricultura sustentada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Instituto Aggeu Magalhães e a CAPES pelo apoio no desenvolvimento da pesquisa.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

MACHADO, T. M. G.; CARVALHO, P. I. N.; BRANDÃO, A. S. M.; VILARINHO, M. L. C. M. A roda de conversa como ferramenta de planejamento de ações: relato de experiência. **Revista Gestão & Saúde**, [Internet], n. 1, p. 751-761, 31 mar. 2015. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/2707. Acesso em: 03 set. 2024.

RIBEIRO JÚNIOR, J. R. S. *et al*. Atlas das situações alimentares no Brasil: a disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo. **Bragança Paulista: Universidade São Francisco**, 2021. p. 120.

RIGOTTO, R. M.; ELLERY, A. E. L. Caminhos na produção do conhecimento: cuidados, incertezas e criação. In: RIGOTTO, Raquel Maria (org.). Agrotóxicos, Trabalho e Saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/Ceará. Fortaleza/São Paulo**: UFC e Expressão Popular**, 2011. p. 71-110.

SANTOS, A. C.; NOBRE, E.; GOMES, A.; VILAÇA, M. Rede de mulheres produtoras do Pajeú: uma escola permanente de construção do conhecimento**. Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 3, 2020. ISSN 2236-7934.

SOUSA, J. E.; SILVA, A. F. **Agricultura agroflorestal ou agroflorestal**. 3. ed. Recife: Centro Sabiá, 2016. 28 p.